

## O SIGNIFICADO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA USUÁRIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CENTROPOP

Quelyta Montoril Ferreira<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral analisar que significado a Política de Assistência Social tem para a população em situação de rua usuária do Centro de Referência especializado para população em situação de rua - CentroPop. Para isso, utilizamos a construção de alguns autores para a contextualização sobre a situação de rua e a questão social, abordamos, ainda, questões que se relacionam a essas duas categorias, como família, pobreza, violência e drogas, citando no decorrer dessa pesquisa as opiniões e os olhares dos próprios sujeitos envolvidos. É importante salientar que este trabalho possui natureza qualitativa, procurando, compreender questões subjetivas sobre a realidade dos sujeitos envolvidos, seu modo de vida, bem como o contexto social em que vivem. Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa se deram através da pesquisa documental, de entrevistas semiestruturadas, e observação direta. No que se referem às entrevistas realizadas, estas tiveram o cuidado de tratar os sujeitos de forma digna. Diante disso, procuramos atingir os objetivos do estudo, sempre nos apoiando nas técnicas utilizadas. A pesquisa foi realizada com oito pessoas que participam das atividades oferecidas pelo CentroPop, seguindo o seguinte critério: pessoas que se encontram em situação de rua, que frequentam cotidianamente o CentroPop e que participam ativamente das atividades oferecidas. Após a realização das entrevistas com e a análise sobre o que diversos autores também falam acerca dos temas abordados, apresento o resultado do meu estudo, bem como as considerações dos sujeitos acerca da compreensão sobre a Política de Assistência Social.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Assistência Social. Questão Social.

### 1 INTRODUÇÃO

O número de pessoas que se encontram em situação de rua tem crescido de maneira acelerada nas grandes cidades. Nessa realidade ficam submetidos a condições de vida adversas, e têm-se constituído um desafio a ser enfrentado pelo

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

poder público, tornando-se alvo de preocupações e ações no âmbito das Políticas Públicas. Porém, as pessoas que se encontram nessa situação continuam altamente desprotegidas, desrespeitadas, excluídas, e, quase sempre, enfrentam cotidianamente a violência tanto física quanto psicológica. Enfim, sabemos que essa população é o reflexo de uma sociedade excludente, marcada por um contexto histórico de desigualdades, pauperização e marginalização.

O preconceito da população em geral aos que se encontram em situação de rua dificulta muitas vezes a possibilidade de que esses sujeitos busquem soluções de melhoria de vida, pois se deparam diariamente com formas de exclusão que negam oportunidades, principalmente em relação ao trabalho.

É possível perceber também situações de preconceito entre as próprias pessoas que estão nas ruas. Isto porque muitas não se veem como tais e preferem dizer que estão desempregadas, procurando um emprego, que perderam os documentos e por isso não têm como alugar um imóvel. A vergonha de estar em tal circunstância os impedem de assumir que são pessoas em situação de rua.

Além disso, observamos que tais cidadãos estão inseridos, em sua maioria, numa realidade social que revela a ausência de direitos referentes à saúde, à educação, ao lazer, dentre outros. Assim, existe maior facilidade de se ter envolvimento com a prática de atos infracionais, como também favorece a aproximação com as drogas e/ou álcool, mostrando-se como resultado de uma desigualdade social.

O público alvo desta pesquisa foi a população em situação de rua de Fortaleza, especificamente aquela população usuária dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CentroPop. A realização dessa pesquisa foi desenvolvida após a sua plena aceitação por parte das pessoas entrevistadas.

## **2 A QUESTÃO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Avaliamos que população em situação de rua é uma das consequências da sociedade capitalista pelo fato de que, especialmente na contemporaneidade, o

trabalho se tornou algo fundamental à sobrevivência e satisfação das necessidades pessoais básicas da maioria da população mundial. Entretanto, dada a dinâmica do mercado capitalista e sua tendência a reduzir demanda de força de trabalho, como serão expostas adiante, muitas pessoas não têm a oportunidade de estar inseridas no mercado de trabalho. Isto ocorre a despeito daquelas necessidades. Então, forma-se um conjunto incontável de indivíduos que se mantêm precariamente sem trabalho.

Em outras palavras, são pessoas que estão sobrando no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que estão expropriadas dos meios de produção. É neste contexto que consideramos que a população em situação de rua está inserida.

O grupo populacional que nos referimos é composto por pessoas de diferentes idades, religiões, raças, mas que têm em comum o estado de pobreza extrema que vivenciam e que durante a sua vida sofreram algum infortúnio, seja o abandono, seja o envolvimento com atividades ilícitas, seja perda do emprego, seja pelo uso incontrolável de entorpecente (álcool ou drogas), seja pelo rompimento de algum laço afetivo. Enfim, algo aconteceu para que inúmeras pessoas hoje passem a utilizar o espaço público como sobrevivência e moradia.

Refletir sobre a questão social é algo de grande relevância para que possamos compreender com mais clareza a respeito da população em situação de rua, visto que indivíduos que se encontram nesse universo denunciam um dos lados mais perversos da questão social, de modo que esta tem seu surgimento a partir da gênese do sistema capitalista.

Ao inserir os avanços técnicos nas fábricas, podemos entender que houve um expressivo aumento no processo de acumulação e também uma elevação de lucros, desde que se aumenta o tempo em que o empregado trabalha a mais do que recebe na forma de salário. Desse modo, os empresários começam a contratar o mínimo de funcionários, fazendo com que contingentes de trabalhadores estejam fora do mercado de trabalho, aumentando o número de pessoas desempregadas.

Com o aumento acelerado do desemprego, ocorre a formação de um processo que Marx denomina como “exército industrial de reserva”:

(...) uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo,

essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital (...) (MARX, 1988, p. 262-263)

O exército industrial de reserva é apresentado como uma das formas que os donos dos meios de produção têm de manter os baixos salários dos seus empregados e explorá-los o máximo que puderem, e o trabalhador se vê obrigado a aceitar tal situação pelo fato de existir um grande número de pessoas em condições mais precárias. Essas estão à espera de uma oportunidade de emprego, mesmo sabendo que serão submetidas a condições adversas e tendo que trocar sua força de trabalho por salários miseráveis.

Iamamoto (2001) afirma que cresce uma superpopulação latente, e em seu interior encontram-se os *segmentos intermitentes*, composta por indivíduos que estão sujeitos a uma oscilação cíclica de emprego e desemprego; a *superpopulação latente*, formada por trabalhadores que continuam na prática da agricultura por não acompanharem o desenvolvimento industrial; e a *parcela estagnada* onde se encontram os precarizados trabalhadores temporários. No conjunto da superpopulação estagnada ainda podemos encontrar o pauperismo, que é definido por Iamamoto como:

(...) segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes, etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores (*Idem*, p.15).

Através do aparecimento do segmento populacional atingido pelo pauperismo, podemos deduzir que é nesse contingente de indivíduos que podemos situar a população em situação de rua, já que estes se encontram em situação de extrema pobreza. Entendemos que a miséria é acumulada juntamente com a acumulação de capital e a partir de tal compreensão encontramos a raiz da questão social na sociedade capitalista.

É necessário deixar claro que nem todos aqueles que se encontram em situação de rua estão sem trabalho, pois existem muitas profissões que são fruto da miséria produzida pelo capital, quer dizer, alguns trabalham como coletor de material reciclável, outros são “flanelinhas”, lavadores de carros, vendedores ambulantes, entregadores de panfletos em sinais de trânsito, entre outras atividades relacionadas de forma mais direta ou secundária ao mercado capitalista.

De acordo com Iamamoto (2001) o surgimento do termo “questão social” se dá por volta de 1830, e historicamente esteve associado à ideia de ameaça da classe operária à ordem vigente. Netto (2001) considera também que a expressão “questão social” tem uma recente história e explicita:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001, p.42)

O pauperismo aparecia como um fenômeno novo, pois era advindo das desigualdades entre as classes, porém designava uma classe social que se encontrava em extrema pobreza que crescia na medida em que se aumentava a capacidade de produzir riquezas, fenômeno que se constituiu a partir da instauração do capitalismo. A pobreza não deve ser entendida apenas como resultado da má distribuição de renda, porém deve ser entendida também como má distribuição dos meios de produção. Dessa maneira, os pauperizados não se conformando com a situação, realizaram protestos tornando-se uma ameaça às instituições e à classe burguesa. Desde então o pauperismo designou-se como “questão social”.

A expressão “questão social” surge para enfatizar os impactos causados pelo acelerado processo de industrialização e designa o fenômeno de crescente pobreza entre os membros da classe operária. Segundo Iamamoto, a Questão Social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999).

Consideramos, para este estudo, a questão social como uma categoria que está enraizada na relação trabalho x capital e expressa a contradição fundamental do modo de produção capitalista, em que os trabalhadores produzem a riqueza e os donos dos meios de produção se apropriam dela. As consequências desta apropriação desigual das riquezas socialmente produzidas são inúmeras: violência, analfabetismo, fome, desemprego, falta de moradia, falta de uma educação de qualidade, as favelas, entre outros problemas sociais.

Considerando a análise da realidade brasileira, a concepção de questão social mais difundida é a de Carvalho & Iamamoto (1983):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983, p.77)

Dessa maneira, entendemos que a questão social representa não só as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Podemos compreender que a questão social representa também a resistência e luta dos trabalhadores, da população que se encontra excluída e subalternizada.

Para Iamamoto, a questão social se torna não só uma desigualdade social, mas também um problema a partir do momento em que a classe trabalhadora se revolta com a situação em que sobrevive e passa a reivindicar por melhorias das condições de vida e de trabalho. É assim que ela descreve este momento: “Ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem” (*Idem*, p. 28).

Netto (2011), por sua vez, mostra-nos que na atualidade a questão social tornou-se um ponto bastante notável para o Serviço Social, pois exerce uma pressão sobre a prática profissional e também por conta do processo de renovação profissional, no qual está ancorado o projeto de intervenção sobre a questão social.

Consideramos que a questão social é uma categoria que se torna complexa com as mudanças trazidas pelos ventos da Revolução Industrial, agravando suas múltiplas formas de expressão. O entendimento sobre a categoria questão social nos fornece subsídio para entendermos como a problemática do surgimento da população em situação de rua se desenvolveu na sociedade capitalista.

Entendendo a questão social como expressão do processo de formação e do desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, podemos dizer que a questão social é a manifestação das contradições entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção que deverão ir muito além da caridade e repressão.

### **3 POLÍTICAS SOCIAIS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Considerando a população em situação de rua como uma das múltiplas expressões da questão social, é importante salientar que este segmento populacional também se torna alvo das políticas sociais, uma vez que esta se configura como um dos fundamentais meios de intervenção nas expressões da questão social.

Não podemos dizer com precisão onde e quando surgiram as primeiras formas de políticas sociais. Elas se gestaram através das lutas de classes, dos movimentos sociais, das consequências geradas pela Revolução Industrial, e até mesmo através da intervenção do Estado. De acordo com Behring & Boschetti (2011), a generalização das políticas sociais está situada na passagem do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista, especificamente em sua fase tardia, no pós Segunda Guerra Mundial.

Consideramos que a crise do sistema capitalista, em 1929, também constitui um dos primeiros momentos para a formulação de políticas sociais que possam garantir os mínimos sociais aos indivíduos que se encontravam em condições adversas, e servia ainda como mecanismo de controle das revoltas que começavam a se ampliar. Ou seja, servia para conformar centenas de cidadãos que se

encontravam em profunda miséria por conta do período de crise que vários países enfrentaram.

Assim, a política social é o fruto das reivindicações dos movimentos sociais, da mobilização e organização dos vários sindicatos. Essa se apresenta como uma das estratégias utilizadas pelo Estado para garantir o bem estar dos cidadãos e manter em vigência o sistema econômico atual. Com essa estratégia, o Estado pode controlar e preservar a força do sistema capitalista que é a força do trabalho assalariado.

É interessante ressaltar que as ações do Estado, com relação à formulação de políticas sociais no sentido de dar uma resposta às reivindicações dos cidadãos, ocorrem não apenas no sentido de ocasionar o bem comum. Na realidade, essa resposta acontece como forma de manter a ordem, o que em outras épocas ocorreu através de repressão. É o que podemos observar através desta análise: “As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem” (*Idem*, p. 47).

Dessa maneira, entendemos que as primeiras regulamentações sociais surgiam para mascarar o real sentido que elas representavam: o caráter punitivo. Além da punição à “preguiça” e à “vagabundagem”, essas leis serviam para mostrar que os cidadãos precisavam trabalhar para sobreviver e que a classe pobre deveria aceitar qualquer trabalho que fosse oferecido, de maneira que o trabalhador não pudesse negociar sua remuneração bem como visava diminuir o fenômeno da mendicância.

Entendemos que as políticas sociais, além dos sentidos que já relacionamos, surgem também no sentido de dar respostas e até mesmo como forma de enfrentamento às múltiplas expressões trazidas pela questão social na sociedade capitalista. Tais políticas buscam amenizar os efeitos trazidos pela exploração do capital sobre o trabalho.

#### **4 O SIGNIFICADO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA OS USUÁRIOS DO CENTROPOP ENTREVISTADOS**

Através da análise das entrevistas, podemos perceber o entendimento da Política de Assistência Social por parte dos entrevistados. Infelizmente 75% destes afirmam que esta seria apenas uma ajuda, seja ela do poder público, da instituição ou da assistente social. Não somente isto, é também um conselho, um “ombro amigo”, alguém que ajuda a quem está em situação ruim a “levantar do “chão”.

Apenas 25% dos entrevistados entendem a Política de Assistência como um dever do Estado para com o cidadão que tem carência de algo, um direito conquistado por lei que deve ser garantido a quem dele necessita. Devemos procurar refletir qual tem sido a postura de alguns profissionais ao lidarem com o público. Será que eles estão esclarecendo os cidadãos sobre os seus direitos? Será que profissionais estão realmente cumprindo o seu papel de garantir os direitos dos cidadãos?

É algo que devemos procurar verificar, para que possamos não apenas prestar uma “ajuda”, um “conselho” ou um “ombro amigo”. Devemos procurar esclarecer para cada cidadão sobre os seus direitos e sobre as formas como devem buscá-los e não apenas esclarecer quais são esses direitos, mas incentivá-los a lutar por eles, para que possam ter autonomia e serem autores de suas próprias histórias.

Área polêmica e complexa, a assistência social é em geral abordada a partir de sua forma aparente; como uma ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social. Associada a ações de benevolência para com a pobreza, a assistência se apresenta como uma modalidade paliativa e secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras (YAZBEK, 1993, p. 51-52).

Ao analisar as falas o que percebemos realmente é o que a autora relata acima: a assistência social tem se apresentado como uma ajuda àqueles que se encontram em situação de necessidade extrema e os seus usuários sempre ligam esta política como sendo uma “doação”, como algo que foi feito para amenizar os sofrimentos de quem passa por dificuldades.

O que devemos levar em consideração ao analisar esse fato é a ligação histórica que a Assistência Social teve com a filantropia. O que sabemos é que antes, a assistência era praticada como um favor da alta sociedade – através das damas de caridade – para os mais necessitados, transformando os usuários como “favorecidos”, apenas, e nunca como cidadão de direitos.

Além do fato histórico, devemos levar em consideração que atualmente diversas entidades praticam atos de caridade para com os pobres. O que queremos dizer com isto é que tais ações comprometem ainda mais a compreensão por parte dos “favorecidos”, pois ao se tornarem alvos dessas ações, tais pessoas não reconhecem que o Estado é quem deve garantir os mínimos necessários a sua sobrevivência, e não as entidades filantrópicas.

Como podemos verificar:

A assistência tem sido entendida há cem anos como forma de ajuda àqueles sem condições de autoprovimento de suas vidas. Assim, desde as legislações imperiais foi concebida como amparo social e operada, via de regra, sob a forma de auxílios e subvenções às organizações que patrocinavam tais ações de ajuda. Esta é a dimensão da prática assistencial – ou da assistência como prática – constituída ao longo do tempo pelos mecanismos de benemerência, filantropia e caridade (MESTRINER, 2008, p. 286).

Como vemos, não é por acaso que a assistência social ainda nos dias de hoje é vista como uma ajuda, pois este conceito foi o que direcionou a prática assistencial por longos anos. Conseqüentemente, o Serviço Social – mesmo com o caráter renovador, teórico e técnico que se apresenta – ainda não conseguiu se isentar das marcas ideológicas que atravessam o tempo.

A responsabilidade da assistência social não deve ser transferida à sociedade civil, pelo contrário, esta responsabilidade cabe ao Estado. Pois sabemos que tais ações filantrópicas alimentam a prática do assistencialismo e do clientelismo, e sabemos que tais ações resultam na negação da assistência social como política pública. Porém o Estado apenas favorece a reprodução de capital em todas as formas e não a qualidade de vida das classes menos favorecidas.

(...) como condição de reprodução social da força de trabalho, a assistência é forma de realização de direitos sociais e estratégia para fazer frente ao processo de exploração a que são submetidos seus usuários. Nesse

sentido, a assistência é possibilidade de reconhecimento público de legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito (YAZBEK, op. cit., p. 55).

A assistência social deve servir ainda como tática para esclarecer os cidadãos sobre a forma como poderão enfrentar a exploração a que são cotidianamente reprimidos e deve ser também uma política que orienta os sujeitos no que diz respeito à conquista de sua autonomia.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos através deste estudo que a formação do fenômeno da população em situação de rua é uma das expressões das desigualdades sociais resultantes das relações capitalistas, pois este modo de produção é desenvolvido pela relação capital/trabalho e este segmento populacional se constitui, quase que em sua maioria, por pessoas fora do mercado de trabalho formal. Dessa forma, consideramos que este segmento populacional representa uma das faces mais cruéis da questão social. Esta última consistindo em um conjunto de consequências geradas pela acumulação desigual de riqueza, ou seja, as desigualdades sociais. A questão social representa ainda as manifestações de contradição entre proletariado e burguesia.

As visitas e entrevistas realizadas nesta pesquisa, assim como a breve convivência com usuários e profissionais deste equipamento social nos possibilitou uma visão mais clara e ampla da realidade vivida por este segmento populacional. Desse modo percebemos o quão necessário se faz a existência de ações e espaços institucionais que possam dar um novo direcionamento para as pessoas que se encontram nesta situação.

Podemos perceber ainda como é heterogêneo este grupo populacional com histórias de vidas diferentes, com motivos diversos para estarem nesta situação, mas que tem algo em comum: a vida na rua. E além da vida na rua, possuem em comum o processo de exclusão e o preconceito sentido diariamente por cada um dos que ali se encontram.

Ao finalizarmos esta pesquisa, percebemos um fato que já nos vinha à mente antes de entrar em contato com os entrevistados: o preconceito que a sociedade destina a eles. Embora o morador em situação de rua deva ser considerado sujeito de direitos e deveres como qualquer outra pessoa, a população brasileira ainda não o reconhece como cidadão. Essa população ainda é o reflexo de uma sociedade marcada pela desigualdade com início no processo de colonização e acentuado pelo contexto histórico de nosso país.

Muitos dos que são alcançados pela assistência social ainda não a reconhecem como um direito, como algo que foi conquistado ao longo da história pelos cidadãos. A maioria dos entrevistados afirma que essa política significa um auxílio, um benefício do assistente social por este/esta ser uma pessoa “boa”. Compreendemos que essa visão da assistência como sendo uma “ajuda” deve-se ao fato de que historicamente ela esteve ligada à filantropia, à caridade praticada pelas “boas” damas da sociedade. Uma assistência que historicamente foi marcada pela benemerência da alta sociedade e da Igreja.

Devemos ter em mente que para um sujeito que tem a sua vida marcada pelo preconceito, torna-se muito mais difícil reconhecer-se como alguém de direito, como um cidadão, pois através do preconceito vivenciado cotidianamente, muitos se veem como indigentes, como pessoas sem importância e sem valor para nossa sociedade. É importante que, enquanto profissionais, possamos esclarecer não só para este segmento, mas para a população em geral que este grupo faz parte da sociedade, que são pessoas dignas de respeito e que devem ser acolhidas como cidadãos.

Pensamos que é preciso haver um melhor esclarecimento por parte dos profissionais sobre a Política de Assistência Social, pois consideramos que seja algo de importância para que os que a utilizam se reconheçam como sujeitos de direitos e não apenas como alguém que está sendo “ajudado” por “bons” profissionais. Entendemos que seja relevante este esclarecimento para que os cidadãos possam ter subsídios quando tiverem que reivindicar por melhores condições de vida.

Enfim, é necessário refletir sobre como os direitos podem ser garantidos a cada cidadão de nossa sociedade, mesmo sabendo que a igualdade, equidade e a fraternidade são impossíveis de serem alcançadas em uma sociedade capitalista. A

opção por um modelo de desenvolvimento capitalista sem a preocupação com a distribuição justa de renda faz com que o país se mantenha em uma situação de grande desigualdade social e enfraqueça o conjunto dos direitos humanos.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed.- São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica do Serviço Social v.2).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis, Brasília, ABEPSS, no 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro - o processo de produção do Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis, Brasília, ABEPSS, no 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.